

TRT recebe estranha doação do Bradesco

Apesar de ser réu em um grande número de ações trabalhistas ingressadas por seus funcionários, o Bradesco doou, no dia 14 de janeiro, 30 microcomputadores, 15 impressoras e 30 softwares de sistemas operacionais ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

A denúncia foi apresentada pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis e publicada pelo *Diário Catarinense* no último dia quatro. Segundo a reportagem assinada por Juraci Perboni, o gerente de marketing da agência central do Bradesco, Antônio Celso Inocêncio, disse "que o pedido de doação foi feito



CPI na mira

Hoje, quinta-feira, será conhecido enfim o relatório final da CPI do PP que investigou o envolvimento dos fundos de pensões em negociações promovidas no governo Collor. O Sinergia estará presente na sessão.

pelos juízes classistas patronais do TRT". Inocêncio disse também que "o banco atendeu a solicitação por entender que os equipamentos podem aperfeiçoar e agilizar o trabalho da Justiça". Para ele "não há nenhum constrangimento e nem interesse na doação".

Os equipamentos doados ao TRT têm valor contábil atribuído de Cr\$ 366,8 milhões, em 14 de janeiro. São 30 microcomputadores PC XT modelo Nexus 2600 com drives, Winchester, monitores e teclados; 15 impressoras marca Rima modelo XT 180; e 30 sistemas operacionais Sisne Plus. Segundo a reportagem, seriam utilizados nas novas Juntas de Conciliação e Julgamento criadas pela Lei

LINHA VIVA

Nº 218
18/03/93

8432 de 12 de junho de 1992.

A doação "desinteressada" foi apreciada em reunião do Pleno do Tribunal ainda em janeiro, e recebeu críticas duras de pelo menos dois juízes. Umberto Grillo, ex-presidente do TRT, citou em suas críticas o fato do Bradesco ter contra si um número elevado de ações trabalhistas (veja box). A juíza Ione Ramos também se disse constrangida pelas características de mau empregador do doador. Os dois classistas dos empregados também são contrários à doação, mas não se manifestaram na sessão.

Percebendo a resistência, o presidente do Tribunal, Airton Minoggio Nascimento, não submeteu a questão a votação. Hoje, um dos computadores está servindo a um dos juízes e os demais estão no Setor de Patrimônio do TRT.

Segundo o Bradesco, os responsáveis pelo pedido de doação são os juízes classistas patronais, Armando Gonzaga (da primeira turma do TRT) e Helmut Anton Schaarschmidt (da segunda turma). Gonzaga foi o relator de uma recente ação contra o Bradesco e o revisor do processo movido pela Eletrosul contra o Presidente do Sinergia, Mauro Passos. Schaarschmidt é nome conhecido especialmente pelos bancários do Banestado: concedeu liminar favorável ao banco, impedindo o pagamento do Plano Bresser, conquistado pelos empregados. Durante este período, Schaarschmidt permaneceu como relator da ação principal considerada improcedente um ano e meio depois, pelo Pleno do Tribunal. Gonzaga foi construtor e Schaarschmidt advogado das mineradoras do Sul do estado.

A doação já provocou reações no meio Judiciário. O presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de São Miguel do Oeste, Ênio Franzoni, enviou na semana passada um documento ao presidente da OAB em Santa Catarina, Amauri Ferreira, exigindo providências do Ordem em relação à transação suspeita. O sindicato dos bancários também está investigando a doação "desinteressada". Procura respostas para a pergunta: por que os juízes classistas patronais propuseram e o Tribunal aceitou doação de um dos principais réus da Justiça do Trabalho em todo o país?

Greve na Celesc

A Intercel reuniu-se dia 16 em Joinville para avaliar a situação na Celesc e o descumprimento do acordo coletivo, que prevê reajuste salarial dia 2 de abril. Os 32 dirigentes sindicais definiram que vão encaminhar greve a partir do dia 2 nas assembleias a se realizarem dias 30 e 31 de março em todo Estado, caso a Celesc não cumpra o acordo.

Urbanitários em Curitiba

Acontece este final de semana em Curitiba o I Congresso dos Urbanitários do Sul do Brasil que discutirá Reforma Constitucional, Contrato Coletivo do Trabalho, Mercosul e Estrutura Sindical.

Candidato para a Celos

A Intersindical decidiu que vai apoiar Isaltino Pedron, diretor do Sindicato do Vale do Itajaí, nas próximas eleições para o Conselho de Curadores da Celos.

Eletrosul gasta milhões em manobra inútil

Ninguém sabe por que. No final de semana que passou a diretoria da Eletrosul montou uma estranha caravana que percorreu mais de mil quilômetros, gastou milhões de cruzeiros, e não fez nada.

Cerca de 70 pessoas entre engenheiros, técnicos e eletricitistas foram convocados às pressas, na sexta-feira, em várias regiões do Sul (Passo Fundo, Farroupilha, Tubarão, Joinville, Curitiba e Areia) e em 22 carros da empresa e outras três carretas (locadas em Farroupilha, da J. VR. L. Transportadora Ltda, e em Curitiba, no Posto Churchill, com custo aproximado de Cr\$ 100 milhões) para carregar material, se dirigiram para São Paulo.

A missão: ajudar as equipes de Furnas vencer os problemas de queda de quatro torres de transmissão que provocaram blecautes no Rio de Janeiro e Espírito Santo. A cena mais extraordinária da viagem foi quando, já em São Paulo, os empregados da Eletrosul foram mandados de volta.

A primeira vista parece que a "operação" foi feita sem nenhum planejamento. A segunda vista também: grande parte dos emprega-

dos saíram sem diário, os carros, como já virou rotina, estavam em precárias condições (em Areia foram gastos Cr\$ 14 milhões só para compra de pneus). Os convocados representavam a quase totalidade das equipes de linhas de transmissão - em caso de emergência no Sul, as coisas poderiam se complicar. Isto, aliás leva a uma reflexão: em caso de ocorrer problema semelhante na região Sul, como ficaria o deslocamento e saneamento do defeito, com as equipes de linha hoje pulverizadas nas chamadas Unidades Produtivas (UP)?

Olhando mais atentamente ainda a "manobra" vira coisa de louco: na mesma sexta-feira, via rede nacional um diretor de Furnas afirmava que os trabalhos que seriam feitos no local não seriam provisórios mas definitivos. Para que então deslocar carretas com torres de emergência?

Os empregados agora se perguntam: porque não deslocar pessoal e material de locais mais próximos como da Cesp, Ligth, Cemig, ao invés de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Qual o custo total da "operação"? Quem tomou esta decisão?

Eleição do Sinergia teve quorum de 62%

Assume dia 15 de abril para um mandato de três anos a nova diretoria do Sinergia, formada pela chapa "Sindicato Cidadão", a única a concorrer nas eleições que se realizaram nos dias 11 e 12 de março passados. Dos 3.395 associados aptos a votarem, participaram da eleição 2.128 - 62,68% do total (o quorum mínimo era de 849 eleitores). Votaram na chapa "Sindicato Cidadão" 1.973 eleitores. Foram computados ainda 66 votos nulos e 89 em branco.

Os resultados estão sendo considerados pela nova diretoria como expressivos e um admirável reforço na confiança da categoria no trabalho que vem sendo desenvolvido. A prova disto é a manifestação dada na sede da Eletrosul, onde votaram 732 trabalhadores (quase 65% e

portanto acima da média geral). Este é um índice expressivo, na opinião da chapa "Sindicato Cidadão" por causa da própria dificuldade de uma eleição com chapa única e portanto de difícil mobilização e, principalmente, por ser este local o que sofreu mais diretamente os últimos arbítrios impostos pela gestão colorida à categoria.

No início de maio a nova diretoria fará um planejamento para determinar o processo de operação nos próximos três anos. A proposta geral da chapa é integrar outros setores da sociedade na sua luta, romper com o corporativismo interagindo com os demais movimentos sociais nas disputas dos rumos da sociedade, na busca da cidadania plena.

Celesc joga dinheiro fora e perde sua credibilidade

A Celesc, depois que terceirizou seus serviços de leitura e entrega de faturas, está perdendo dinheiro e credibilidade. E isto está colocando a empresa numa situação delicada:

além de ter que explicar a questão do dinheiro, ela está sem argumentos para defender a passagem de vários setores para a iniciativa privada. O discurso da Celesc sempre foi que

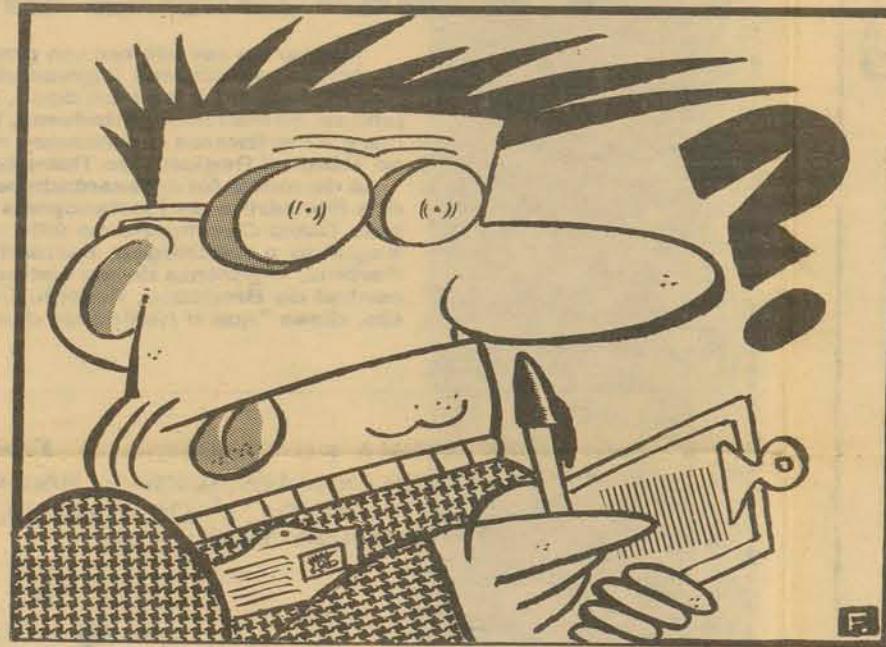
com a terceirização haveria economia, melhor atendimento ao consumidor e, conseqüentemente, da imagem da empresa. Mas, na prática, as coisas estão acontecendo ao contrário.

Em Florianópolis, quem faz a leitura e entrega de faturas de consumo de energia é a firma Ribres. Ela ganha por cada leitura feita e por cada fatura entregue. Em dezembro de 1991 a Central de Atendimento, que recebe reclamações dos consumidores da capital registrou 181 reclamações de contas não entregues e 304 erros de leitura. Em Janeiro de 1992 foram 215 de faturas não entregues e 620 erros de leitura. Em fevereiro de 1992, 500 consumidores não concordaram com a leitura feita pela Ribres e 131 não receberam a fatura. Em dezembro de 1992, as coisas pioraram. Foram 234 faturas não entregues e 30 consumidores registraram erros de leitura. Em janeiro de 1993 foram 96 reclamações de erro de leitura e 502 de contas não entregues e, em fevereiro deste ano, 492 reclamações de faturas não entregues e 154 de erro de leitura.

Mas estes números não dizem tudo. Primeiro porque só se referem a

Florianópolis. Segundo porque ninguém consegue imaginar um cidadão que teve erro de leitura a seu favor (contra a Celesc) enfrentando uma fila para reclamar. Outras centenas de pessoas preferem ir diretamente ao guichê e solicitar uma segunda via de fatura ao invés de reclamar a não entrega. Sendo assim, quanto dinheiro a Celesc estaria perdendo?

Isto que não está computado aí mais de Cr\$ 1 bilhão que a empresa deve de passivo trabalhista a 45 leituristas, em Florianópolis. Eles asseguraram na Justiça seu vínculo empregatício com a empresa. Mas os erros de leitura e não entrega de faturas vem aumentando sensivelmente por que nos últimos meses a Ribres vem demitindo vários destes empregados com vínculo com a Celesc (dois já conseguiram reintegração e outros 15 estão pedindo seu retorno). Eles são substituídos por empregados sem experiência e por isto o índice crescente de problemas nestes serviços. Não seria mais econômico e produtivo a empresa ter estes 45 trabalhadores fazendo um serviço bem feito, confiável e mais rentável?



Dívida externa está 'esquecida'

Será que o tema "dívida externa" está fora de moda? Esta pergunta está sendo feita por pessoas ligadas ao estudo da dívida externa brasileira diante do que vem acontecendo no país nos últimos meses.

Órgãos como o **Informativo Dívida Externa** dizem não entender porque uma entidade como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que em 1989 questionava a constitucionalidade da dívida, em 1992 "desistiu de entrar com uma ação contra o pagamento da dívida no STF". O informativo critica também a postura dita aberta e democrática do governo Itamar, que assinou o acordo firmado ainda no governo Collor sobre o pagamento desta dívida, o que significou "a aceitação da dívida por parte do governo".

Este acordo, aprovado inclusive pelos senadores em 29 de dezembro passado, prevê o pagamento de 2,3 bilhões de dólares em 1992 (já pagos), mais 4,4 bilhões em 1993 e outros 4,4 bilhões em 1994. Isto tudo a título de garantia para a emissão dos novos

bônus com descontos de, no máximo, 19% (o preço dos títulos atuais no mercado internacional está com um deságio de 65%).

Além disso, já ficou acertado o pagamento de outros 7 bilhões de dólares, estes para o Clube de Paris (governos credores), a título de juros e amortizações para o reconhecimento de uma dívida de 44 bilhões de dólares. Somando o que prometemos ao Clube de Paris e aos bancos credores, até 1994 teremos de desembolsar 18 bilhões de dólares, além dos juros e taxas que vinhamos pagando normalmente - que chegam a cerca de 700 milhões de dólares mensais. Por isto, segundo o **Informativo Dívida Externa** o ajuste fiscal foi aprovado: "pois seria praticamente impossível cumprir o que prometeram pagar aos banqueiros do Norte".

Nos últimos 13 anos o Brasil enviou para fora 152,1 bilhões de dólares. Com este dinheiro daria para construir 12,6 milhões de casas populares no valor de 12 mil dólares cada uma (só isso terminaria

com o déficit habitacional do país). E por causa desta "sangria" é impossível se pensar em políticas públicas nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura para manter agricultores no campo ou reforma agrária para se produzir alimentos para toda nossa população.

Em contrapartida, em 1992 o FMI investiu 17,2 bilhões de dólares aqui. De todo este dinheiro nenhum centavo foi para o setor produtivo, foi tudo para a especulação financeira. É que o Brasil passou a ser o país dos especuladores: pagamos os juros mais altos do planeta, cerca de 3% acima da Libor (taxa de juros do mercado financeiro praticada em Londres). Além disso, garantimos na famosa "Carta de Intenções", enviada ao FMI, que a lucratividade deste setor será praticamente isenta de impostos, que já estão baixando até chegar a zero em meados de 1994.

TRIBUNA LIVRE

Forma e conteúdo

Gastão Cassel
Jornalista/Linha Viva

A campanha que envolve o plebiscito sobre a forma de governo pouco tem contribuído para esclarecer os eleitores ou para debater a verdadeira repercussão da opção por uma ou outra forma. As discussões são estérteis e todos tentam vender o seu peixe como se ele fosse a redenção para o país. E assim, seguimos na busca permanente de um advento mágico capaz de por tudo no lugar.

Os parlamentaristas apontam a obrigatoriedade de um plano de governo como a solução para os problemas de educação, moradia, saúde, instabilidade econômica, etc... Como se fosse possível acreditar que este plano - e a sua efetivação - não seria

resultado de conchavos e acertos entre os parlamentaristas. Não há uma esperança substancial a nos acalantar.

Os presidencialistas têm ido para a tevê dizer que eleição presidencial resolve tudo. Mas sabemos, também, que isso não é bem

assim e que mesmo o mágico "bota-e-tira-se-não-der-certo" não acontece tão simples ou rapidamente.

Os monarquistas jogam confete nas realidades e fazem comparações esdrúxulas com o império japonês ou outras realidades culturais e políticas completamente distantes do Brasil. Pior do que isso, é que eles chegam às raízes do cinismo quando comparam a república com a ditadura militar. Afinal, não foi a famigerada TTP (Tradição Família e Propriedade), hoje intestinalmente ocupada com a campanha monárquica, que financiou e organizou boa parte da tortura e da "guerra suja" nos anos 70?

Nosso problema é mais embaixo. A discussão sobre a forma de governo não consegue tratar dos nossos males emergentes. Pois o problema é de conteúdo, de configuração política de governo. Não há presidencialismo ou parlamentarismo que sirva de parâmetro, pois o que determina o "conteúdo" é a correlação de forças na sociedade, a hegemonia que ainda se refere à oposição capital/trabalho.

Por isso, o plebiscito é inoportuno e tem servido como cortina de fumaça que oculta muitos desvios e jogadas pesadas do governo Itamar. Mudar a forma de governo agora seria uma esperança vã. Melhor não mexer no sistema e providenciar logo um conteúdo popular.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Soomazon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 89015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

PRESIDENCIALISMO DEMOCRÁTICO

Vladimir Palmeira
Líder do PT na Câmara dos Deputados

Toda a tradição democrática diz que a democracia quanto mais direta melhor. Hoje não se pode ter democracia direta como na Grécia. Nestas sociedades complexas em que vivemos, a solução é a democracia representativa. E é o presidencialismo que permite o exercício mais direto da democracia. No parlamentarismo são os deputados que elegem o presidente. No presidencialismo é o povo que elege diretamente chefe do governo, sem intermediários, sem o colégio eleitoral de triste memória.

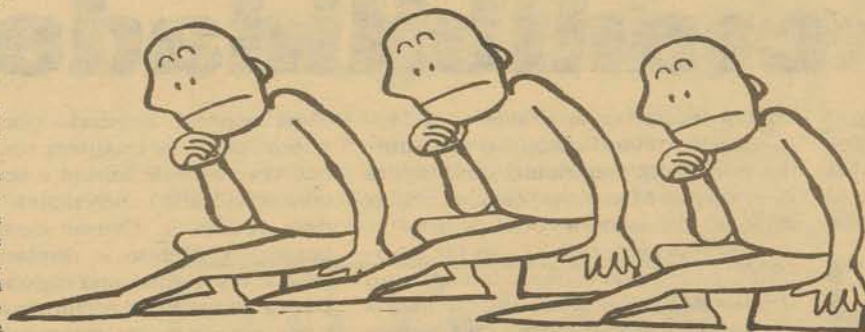
Além disso, o presidencialismo é mais democrático porque assegura mais equilíbrio entre os poderes. Permite que o Legislativo fortaleça e controle o Executivo. É falso pensar que o parlamentarismo fortalece o Legislativo. Nos países que adotam este sistema, 90% das leis são de iniciativa Executiva. No presidencialismo americano, 70% das leis são de iniciativa do Congresso. Isso mostra que é o presidencialismo que assegura através do choque o equilíbrio e a democracia. E acontece porque tanto o Executivo como o Legislativo dispõem de uma legitimidade oriunda do voto popular.

Quando os parlamentaristas falam em estabilidade, comparam Santo Antônio com rapadura. Coisas de natureza distinta. Não vale comparar o Brasil com a Europa. Não é o sistema de governo que garante a estabilidade da Europa. São as condições econômicas e sociais alcançadas pelos países daquele continente. O Brasil pode ser comparado com a Índia, onde a expectativa de vida de um primeiro-ministro está cada vez mais reduzida. Ou seja, precisamos abandonar os raciocínios mágicos e encarar o real. Este real passa até pela compreensão de que a estabilidade não é propriamente uma virtude a ser louvada por quem quer transformar a sociedade.

Também a flexibilidade atribuída ao parlamentarismo é discutível. Margareth Thatcher convocou eleições gerais para o imediato pós-guerra das Malvinas para explorar o prestígio adquirido naquela aventura dos generais argentinos. Mantendo-se dez anos no poder, desgastada foi substituída por outro conservador, John Major, que aplicando o mesmo golpe, convocou eleições gerais para o dia que lhe convinha. George Bush, submetido aos rigores do calendário da democracia americana não pôde explorar o prestígio que conseguiu na Guerra do Golfo e foi derrotado no altar da recessão. Isto significa que é o presidencialismo que assegura uma real rotatividade de dirigentes e de políticas.

Salta à vista também o caráter mais politizante das disputas diretas para o Executivo. Este é o momento privilegiado para o debate dos grandes temas nacionais. Foi sob bandeiras tipicamente presidencialistas que, na última década, o povo brasileiro se mobilizou pela democracia: campanha das diretas, campanha do Lula e há pouco, campanha do impeachment, cujo sucesso desmente a tese de que, no presidencialismo toda crise política se transforma em crise de Estado a ser resolvida através do golpe. Isto significa que foi sob o signo do presidencialismo que avançamos na mobilização popular pela democracia.

Em verdade, o parlamentarismo visa a reduzir os espaços da democracia até agora conquistada e poupar as classes dominantes de sustos como o das eleições de 1989 e do avanço das forças progressistas.



PARLAMENTARISMO: SIM

João Gilberto Lucas Coelho
Vice-governador do RS

O sistema parlamentar de governo não foi criado por teóricos; ao contrário, formou-se em cada país mais antigo através de longas e penosas práticas na passagem do absolutismo para formas mais liberais ou democráticas. Custou, nessas nações, movimentos populares intensos, revoluções e lutas. Por isto, hoje não se tem uma única forma, um modelo que tenha sido copiado.

Alguns pontos podem ser considerados, no entanto, básicos: a interação do gabinete de Governo com a maioria parlamentar, esta controlando aquele através dos votos de aprovação ou de desconfiança; a possibilidade de novas eleições renovarem a Câmara dos Deputados, nos momentos de crise ou de incapacidade desta de gerar um governo estável; a separação das funções de "chefia de Estado" e de "chefia de Governo", protegendo mais a figura do presidente da República; e a corresponsabilidade dos partidos, coligações e parlamentares nas políticas de governo.

Com essa base o parlamentarismo costuma produzir melhor governabilidade, maior facilidade na troca de governos e políticas quando não estão acertando e menos golpes de Estado.

A necessária sintonia entre Executivo e a maioria parlamentar levou a facilitar o caminho para reformas profundas em vários países, embora sem a mística, comum entre nós, de que a eleição de uma pessoa apenas (o presidente) poderia - por si só - produzir tais reformas.

O parlamentarismo é o sistema do caminho, do processo, sem o conteúdo tão forte da aventura e do milagre que o presidencialismo desperta na opinião pública.

Por isto costuma formar cidadanias mais sólidas, uma cultura de regras, participação e controle sobre o Estado. Tão diferenciado nos países, é claro que temos exemplos de desempenho mais abertos e mais fechados. Mas, seus ingredientes de corresponsabilidade, de conflitos resolvidos por eleições, de governos colegiados e com programas, em geral produzem um saudável amadurecimento da própria sociedade.

Parlamentarismo ou presidencialismo é a regra para o jogo do poder. O sistema parlamentar é uma regra menos rígida e mais participada.

PARLAMENTARISMO



PRESIDENCIALISMO